

Coordenadores

*Rafael Carvalho Rezende Oliveira*

*Thaís Marçal*

*Temas Relevantes de* **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**20 Anos da Lei 9.784/1999**

**2ª edição**

**revista, atualizada e  
ampliada**

**2022**



**EDITORA**  
*Jus***PODIVM**

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Alexandre Santos de Aragão

Aricia Fernandes

Cristiana Fortini

Emerson Garcia

Fábio Zambitte Ibrahim

Farlei Martins Riccio de Oliveira

Fernando Menezes de Almeida

Guilherme Jardim Jurksaitis

Gustavo da Gama Vital de Oliveira

Ingrid Garbuio Mian

Jessé Torres Pereira Junior

Odete Medauar

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Rafael Wallbach Schwind

Thaís Marçal

Vitor Schirato



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe JusPODIVM

**Capa:** Maitê Coelho ([maitescoelho@yahoo.com.br](mailto:maitescoelho@yahoo.com.br))

T278 Temas relevantes de processo administrativo: 20 anos da lei 9.784/1999/ coordenadores Rafael Carvalho Rezende Oliveira e Thaís Marçal. 2. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.  
336 p.

Vários autores  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5680-652-5.

1. Processo Administrativo. 2. Administração Pública Federal. 3. Direito Administrativo.  
I. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. II. Marçal, Thaís. III. Título.

CDD 341.362

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

## SUMÁRIO

# 01

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DO ATO AO PROCESSO**..... 23

*Odete Medauar*

1. Considerações preliminares ..... 23
2. O ato administrativo na concepção clássica ..... 24
3. Expansão da concepção clássica..... 29
4. Panorama dos dados geradores de mudanças em concepções do  
Direito Administrativo ..... 31
5. A pregação em favor do processo administrativo ..... 33
6. Dúvidas quanto a características do ato administrativo ..... 35
7. Dúvidas quanto à centralidade do ato administrativo ..... 38
8. Entendimento doutrinário no sentido da centralidade do proces-  
so administrativo..... 39

9. Existe figura central no Direito Administrativo? Pode-se aventar de figura central ou tema central, na atualidade? .....	40
10. Conclusão .....	42

## 02

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO E A INCONSTITUCIONALIDADE DE UM “DIREITO DE PROTOCOLO” EM MATÉRIA DE POLÍTICA URBANA .....</b>	<b>45</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

*Arícia Fernandes Correia*

1. Contextualização.....	45
2. Processo Administrativo-Urbanístico de Licenciamento para Construir. Fase Introdutória ou Postulatória equiparada ao “Direito de Protocolo”. Desvio de Finalidade do Processo .....	50
3. Década de 70 do Século XX: Licença para Construir: ato discricionário ou vinculado – uma discussão ultrapassada: posições do STF e do STJ .....	52
4. Constituição de 1988, Política Urbana, Planejamento Urbano e Processo Administrativo Urbanístico.....	59
5. Primeira Quinzena do Século XXI: a ressurreição do “direito de protocolo” e o desvio de finalidade do processo administrativo urbanístico .....	61
6. Processo Administrativo Carioca de Licenciamento para Construir no Município do Rio de Janeiro .....	64
7. Mais que diálogo, debate plural.....	65
8. Reflexões Finais.....	66
Referências .....	69

## 03

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: O DEVIDO PROCESSO LEGAL MATERIAL, O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E A SÚMULA VINCULANTE Nº 05 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ...</b>	71
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

*Cristiana Fortini*

1. Introdução .....	71
2. Princípios do contraditório e da ampla defesa .....	72
3. O “devido” processo “legal” .....	78
4. Processo administrativo disciplinar e o obséquio aos princípios da eficiência, moralidade e indisponibilidade do interesse público ....	82
5. A indispensabilidade de advogado nos processos administrativos disciplinares.....	89
6. A súmula vinculante nº 05 do Supremo Tribunal Federal.....	89
7. Considerações finais.....	91
Referências .....	92

## 04

<b>PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS E A LEI 9.784/1999 ....</b>	95
------------------------------------------------------------	----

*Rafael Carvalho Rezende Oliveira*

1. Introdução .....	95
2. Precedentes administrativos: conceito e características .....	96
3. Precedentes administrativos e a Lei 9.784/1999 .....	98
4. A teoria dos precedentes administrativos no Direito comparado e no Brasil .....	102

5. Autovinculação e os precedentes administrativos.....	106
6. Precedentes judiciais e administrativos no Brasil: a aproximação entre o <i>common law</i> e o <i>civil law</i> .....	110
7. Requisitos para aplicação dos precedentes administrativos.....	116
8. Conclusões.....	120
Bibliografia.....	120

## 05

<b>A BOA-FÉ E AS “DECISÕES-SURPRESA” NO PROCESSO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>125</b>
---------------------------------------------------------------------------	------------

*Fernando Menezes de Almeida*

*Guilherme Jardim Jurksaitis*

*Ingrid Garbuio Mian*

1. Introdução .....	125
2. A boa-fé no Direito Administrativo .....	126
3. As expressões da boa-fé no processo administrativo.....	128
4. A boa-fé no processo administrativo a partir de regras do Código de Processo Civil.....	136
5. Um caso de “decisão-surpresa”: mudança de rumo?.....	142
Referências .....	150

## 06

<b>ATOS ADMINISTRATIVOS REGULATÓRIOS E O PAPEL DA ANATEL NA PROTEÇÃO DA CONCORRÊNCIA .....</b>	<b>153</b>
------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

*Alexandre Santos de Aragão*

1. O poder regulatório outorgado à ANATEL e a proteção da concorrência.....	153
2. Consequências da natureza do ato administrativo regulatório ....	162
3. Preferência às soluções <i>inter partes</i> .....	168

## 07

<b>A CONVERGÊNCIA ENTRE COOPERAÇÃO PROCESSUAL E CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA, NA GESTÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....</b>	<b>175</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

*Jessé Torres Pereira Junior*

*Thaís Marçal*

1. Introdução .....	175
2. O princípio da cooperação .....	177
3. A administração dialógica.....	179
4. Síntese conclusiva .....	183
Referências .....	185

## 08

<b>PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS SEM CONCURSO PÚBLICO: REFLEXÕES SOBRE DECLARAÇÃO DE NULIDADE, PRAZO E SEGURANÇA JURÍDICA .....</b>	<b>189</b>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

*Emerson Garcia*

1. Aspectos introdutórios.....	189
2. Modo de provimento dos cargos e empregos públicos.....	191

3. O concurso público no direito brasileiro.....	198
4. Não atendimento à exigência do concurso público: consequências.....	201
5. A fraude praticada pelo candidato no concurso público e o decurso do tempo .....	205
6. Epílogo.....	212
Referências bibliográficas .....	213

## 09

<b>O PROCESSO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO E ITALIANO SOB UMA PERSPECTIVA COMPARADA: RECEPÇÃO DE MODELOS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS .....</b>	<b>215</b>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

*Farlei Martins Riccio de Oliveira*

1. Introdução .....	215
2. Origem, funções e estrutura normativa.....	217
3. Elementos inovadores da lei italiana: acordos, conferência de serviço e autocertificação de atividades .....	224
3.1. O acordo integrativo e substitutivo.....	224
3.2. A conferência de serviço .....	225
3.3. A autocertificação de início de atividade.....	227
4. A recepção dos institutos da Lei 241/90 e o aperfeiçoamento do processo administrativo brasileiro.....	229
5. Considerações finais.....	239
Referências .....	240



# 10

## **A LEI 9.784/99 E O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO ..... 243**

*Gustavo da Gama Vital de Oliveira*

1. Introdução .....	243
2. Aplicação subsidiária da Lei 9.784/99 e do CPC ao processo administrativo tributário .....	244
3. O art. 50 da Lei 9.784/99 e a motivação no processo administrativo tributário.....	246
4. Ampla defesa e o limite temporal de apresentação das provas documentais.....	248
5. Ônus da prova.....	251
6. A prova emprestada .....	254
7. Conclusões.....	257
Bibliografia.....	258

# 11

## **REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO ..... 259**

*Fábio Zambitte Ibrahim*

1. Introdução .....	259
2. Existe um Processo Administrativo Previdenciário? .....	261
3. Aplicabilidade no Novo CPC ao Processo Administrativo Previdenciário – Fundamento e Hipóteses.....	266

3.1. Fundamento .....	266
3.2. Hipóteses .....	272
4. Conclusão .....	276
Bibliografia.....	277

# 12

<b>A EVOLUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: DA NOÇÃO DE PROCESSUALIDADE À EFICIÊNCIA, CONSENSUALIDADE E ATUAÇÕES MECANIZADAS.....</b>	<b>279</b>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

*Rafael Wallbach Schwind*

1. Introdução .....	279
2. A noção de processualidade ampla e sua relevância no atual estágio de evolução do direito administrativo .....	280
2.1. A ausência de preocupação com o processo administrativo nos primórdios do direito administrativo .....	281
2.2. Mudança de foco: a atuação estatal processualizada .....	282
2.3. O processo administrativo e as pautas contemporâneas do agir da Administração.....	283
3. A relevância do processo administrativo para os direitos fundamentais.....	284
3.1. A dimensão procedimental dos direitos fundamentais .....	285
3.2. Direitos fundamentais e as normas reguladoras do processo administrativo.....	286
3.3. A variabilidade procedimental.....	287
4. A preocupação com a aceleração do processo administrativo .....	288

4.1. O processo administrativo eficiente .....	289
4.2. A razoável duração do processo .....	291
4.3. Mecanismos de aceleração do processo administrativo.....	292
5. A atuação concentrada de vários órgãos ou entidades da Administração.....	295
6. A processualidade na atuação administrativa consensual .....	299
7. A atuação de particulares como parciais condutores de atos inseridos no processo administrativo .....	302
8. Atuações mecanizadas.....	304
9. Encerramento .....	305
Referências bibliográficas.....	306

# 13

<b>REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO .....</b>	<b>309</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

*Vitor Rhein Schirato*

1. Introdução .....	309
2. O Direito Administrativo Atual: da unilateralidade à concertação.....	310
3. O Dever de Processualização da Ação Administrativa .....	317
4. A Presunção de Legitimidade em um Contexto Processualizado...	326
5. Conclusão .....	332
BIBLIOGRAFIA .....	333